



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 679701 - MG (2021/0216799-4)

**RELATOR** : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO  
**IMPETRANTE** : LUDMILA ALVES FERREIRA E OUTROS  
**ADVOGADOS** : LUIZ FELLIPY DUTRA E SOUSA - MG181723  
LUDMILA ALVES FERREIRA - MG197957  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : A L F DE S  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de A. L. F. DE S., contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que denegou a Apelação n. 1.0702.19.0602299-4/001, nos termos da seguinte ementa:

AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - MENOR - REQUISITOS PREENCHIDOS - SENTENÇA MANTIDA. Impõe-se o deferimento do pedido de busca e apreensão quando constatado que o menor está em situação irregular, havendo a existência de indícios de adoção ilegal.

Sustenta que (fl. 6):

o ato do TJMG é manifestamente ilegal, quíça teratológico, porquanto não considerou o vínculo afetivo entre o paciente e os guardiões de fato, reconhecido pela Equipe Multidisciplinar e Procuradoria de Justiça 'evidente que um lar onde se recebe cuidados, amor e proteção é um lar adequado para a criança permanecer'.

Alega que a decisão "privilegiou à toda evidência, o formalismo da fila cadastral de adotante em detrimento ao melhor interesse e doutrina que preconiza a proteção integral do infante" (fl. 6).

Requer a concessão da ordem liminar "a fim de que a guarda de A. L. F. de S. seja restabelecida" ao casal guardião.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Nos termos do art. 5º, inciso LXVIII, da Constituição Federal de 1988, o *habeas corpus* será concedido "(...) sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder".

No caso em exame, porém, o acórdão impugnado, ao denegar a apelação interposta no TJMG, tão somente confirmou decisão de primeiro grau proposta pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, que julgou procedente a medida cautelar de busca e apreensão do menor, por considerar ser esse o melhor interesse da criança.

Desse modo, não há evidente tolhimento ou ameaça ao direito do paciente, sobretudo quando parece se tratar de adoção irregular. Observo, ainda, que o recolhimento da criança na Instituição do Programa Família Acolhedora se deu em janeiro de 2019, fator que fundamenta, também, o indeferimento da liminar pleiteada (fl. 46).

Evidencia-se, ademais, que o presente remédio heroico foi interposto com nítido caráter de sucedâneo recursal, uma vez que a decisão apontada como ato ilegal é passível de recurso próprio previsto na legislação pátria.

Ante o exposto, indefiro o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente